Econ. Brasil

# O PACOTE

O novo pacote econômico, a ser anunciado amanhã pelo presidente Sarney, prevê a transferência de ações de empresas estatais para a iniciativa privada; o estabelecimento de empréstimos compulsórios sobre o álcool e a gasolina e sobre a compra de veículos novos e usados (com expurgo dos índices de inflação); taxação nas passagens e nos dólares adquiridos para viagens ao Exterior; autorização para que fundos de investimento estrangeiros entrem no mercado de capitais sem limitações, com redução do Imposto de Renda na remessa de dividendos; o fim das isenções de opções futuras e a termo nas bolsas de mercadorias; criação de letra comercial para empresas captarem recursos.

## As medidas que o governo decreta amanhã

O presidente José Sarney anunciará amanhã novas medidas econômicas, entre elas a criação de um fundo de reconstrução nacional formado pelas ações de todas as companhias estatais que não sejam necessárias ao controle do domínio acionário pelo governo. Essas ações serão vendidas a particulares. A Presidência da República e a Seplan administrarão o fundo, a ser criado por decreto-lei. O Banco Central também passará recursos para o fundo, baseado no lastro. Também por decreto-lei serão estabelecidos dois empréstimos compulsórios: sobre combustível (álcool e gasolina) e sobre a compra de carros novos e usados. As altas de preço aparentemente geradas pelo empréstimo compulsório não serão levadas em conta na apuração dos índices da inflação. O governo entende que ninguém será obrigado a praticar o ato gerador do empréstimo, isto é, a pôr gasolina ou álcool no carro e adquirir veículos novos ou usados.

As viagens para o Exterior receberão taxação, nas passagens e nos dólares adquiridos pelos viajantes. Fundos de investimento estrangeiros serão autorizados a entrar no nosso mercado de capitais, sem limitações, podendo adquirir ações de empresas brasileiras, devendo também ser reduzido o Imposto de Renda para a remessa de dividendos. Serão criadas as letras comerciais, podendo as empresas captar recursos na praça sem recorrer aos bancos. Parte das atribuições do BNH será transferida ao B C.

O presidente José Sarney passou boa parte do dia de ontem reunido com os ministros Dílson Funaro e João Sayad, e com o consultor-geral da República, Saulo Ramos, incumbidos de redigir as medidas, decretos-leis ou projetos de lei a ser enviados ao Congresso. De cada detalhe, o presidente participou, opinando, vetando e aprovando sugestões.

Se der tempo, a reforma administrativa será também anunciada amanhã, em suas linhas gerais, junto com o novo pacote econômico. Sarney dará a conhecer o Plano de Metas do seu governo, com ênfase para o setor social.

1. O governo criará, por decreto-lei, o Fundo de Reconstrução Nacional, para o qual serão transferidas as ações das empresas estatais que ultrapassarem o domínio acionário, isto é, aquelas ações não necessárias ao exercício do domínio acionário, pelo governo. Ficando apenas com 51% das ações das empresas estatais, o governo colocará o restante à venda, para particulares. Outros recursos federais, hoje mal administrados, também farão parte do fundo.

O fundo destina-se a implementar o desenvolvimento nacional e a modernizar o parque industrial do País, público, e, preferencialmente, privado. Servirá também para incentivar e financiar a empresa privada nas atividades econômicas, incluindo-se tecnologia, ciência e pesquisa. A idéia é empurrar a iniciativa privada para ocupar o seu lugar, substituindo a atividade pública em muitos setores. A privatização se fará na medida em que a iniciativa privada possa atuar.

O fundo será administrado pela Presidência da República e pela Seplan, devendo ser regulado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, composto pelos ministros da área econômica, mais os ministros do Trabalho, Saúde e Justiça. Funcionará o fundo em integração com o Plano de Metas, a ser anunciado também amanhã.

2. Também por decreto-lei serão criadas duas formas de empréstimo compulsório, nos setores do mercado onde tem sido detectado excesso de poder aquisitivo. Haverá empréstimo compulsório sobre o consumo da gasolina e do álcool, bem como para a compra de carros novos e usados.

No caso da gasolina e do álcool, as distribuidoras já trarão o empréstimo compulsório embutido no preço, devendo o consumidor, mediante nota de compra, anotar seu consumo. O empréstimo compulsório será devolvido depois ao proprietário de veículos, proporcionalmente aos seus gastos e ao tempo de uso do veículo. Se juntar as notas de compra de combustível, poderá preparar-se para corrigir distorções. Sobre esses empréstimos compulsórios o particular receberá o mesmo índice das cadernetas de poupança. O comprovante de que o dono fez o empréstimo compulsório será recebido em sua residência, pelo correio. Haverá uma alternativa para os motoristas de táxi: as tarifas serão descongeladas através das prefeituras municipais.

3. Não haverá empréstimo compulsório sobre as tarifas de energia elétrica.

4. Outra medida adotada por decreto-lei atingirá as viagens internacionais, com base no artigo 29 da Lei nº 4.131 de 1962. Essa lei trata do capital estrangeiro, permitindo taxação e contribuição monetária entre 10 e 50% das despesas de viagem internacional, que o governo irá estipular e recolher. Assim, haverá taxação sobre as passagens internacionais e sobre os dólares adquiridos por quem viaja para fora de nossas fronteiras.

5. Outro decreto-lei regulamentará a entrada de fundos de investimentos estrangeiros no nosso mercado de capitais. Não haverá limitação alguma para que esses fundos estrangeiros venham adquirir ações de empresas brasileiras, devendo ser baixada a alíquota do Imposto de Renda para a remessa de dividendos.

6. A bolsa de mercadorias será regulada por outro decreto-lei. Terminarão as isenções de opções futuras e a termo, devendo ser agilizado o tratamento fiscal respectivo.

7. Outras providências idealizadas no pacote a ser anunciado amanhã pelo presidente da República, em cadeia de rádio e televisão, necessitarão de projetos de lei, já em preparo para imediato encaminhamento ao Congresso. Criar-se-á a letra comercial (o **commercial paper** americano), através do qual as sociedades anônimas e as indústrias poderão captar recursos na praça sem recorrer a instituições financeiras. Bastará a emissão de notas promissórias registradas na Comissão de Valores Mobiliários para sua venda ao mercado.

8. Também, por projeto de lei, o governo proporá a transferência para o Banco Central e para o Conselho Monetário Nacional das atribuições do Banco Nacional da Habitação referentes a sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. A medida visa agilizar e dar mais eficiência ao sistema, beneficiando o mutuário.

**Carlos Chagas, da AE-Brasília.**

## REFORMA NO GOVERNO

## Sarney deve aprovar a extinção de 18 estatais

A reforma administrativa, que pode ser anunciada amanhã juntamente com o novo pacote econômico (leia acima), representará para o governo uma economia em torno de Cz$ 3 bilhões. O cálculo é do ministro da Administração, Aluízio Alves, que ontem entregou ao presidente Sarney a primeira versão de seu plano para "desburocratizar" as estatais (foto). Pelo plano, deverão ser extintas 18 dessas empresas.

Segundo Alves, as estatais gastam atualmente Cz$ 8 bilhões com sua rotina burocrática. Com o plano, que o ministro espera colocar em prática dentro de 90 dias, depois de ouvir todos os ministérios envolvidos, a previsão é de que pelo menos um terço dessas despesas seja eliminado.

Além da extinção de empresas, estão previstas também fusões de órgãos públicos, transferências e privatizações. Outra medida que pode resultar da reforma é a transformação dos territórios de Roraima e Amapá em Estados. Segundo explicou Aluízio Alves, no prazo previsto o presidente Sarney assinará tantos decretos quantos sejam necessários.

Ele garantiu, no entanto, que por recomendação expressa do presidente não estão sendo previstas demissões de funcionários públicos. Os que estiverem lotados em órgãos em vias de extinção serão transferidos para outros onde há comprovada carência de recursos humanos. As economias básicas resultantes da reforma, disse, farão parte de um cadastro geral que, num primeiro momento, fará um censo geral do funcionalismo público. Nada será feito, conforme garantiu o ministro, à revelia da Lei Orgânica da Administração Pública, ainda em fase de elaboração.

De acordo com o programa da revisão das estatais entregue ao presidente José Sarney, as empresas a serem extintas são as seguintes, por ministério:

**Agricultura**: Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (Ceplac) — proposta de extinção mas mantendo-se o conselho como órgão consultivo. As funções de fomento e financiamento serão transferidas para o Banco do Brasil. Justificativa: funções insubsistentes; Grupo Executivo de Eletrificação Rural de Cooperativas — mesma justificativa. A proposta é de transferência das suas funções para órgãos apropriados; Comissão Central de Coordenação para Erradicação da Peste Suína Africana — proposta de extinção tão logo seus objetivos tenham sido alcançados; Conselho Nacional de Cooperativas — a proposta é de extinção da Secretaria Executiva do órgão. As atribuições seriam executadas pelo titular da Secretaria Nacional de Cooperativismo.

**Transporte**: Empresa de Engenharia Especial (Ecex) — transferência das funções, uma vez extinto o órgão, para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e para a iniciativa privada. A Ecex foi criada para a construção da Ponte Rio—Niterói, no governo Médici, e além dos dois cargos de direção conta hoje com 1.483 funcionários.

**Saúde**: Secretarias Nacional de Ações Básicas de Saúde, de Vigilância Sanitária e de Programas Especiais de Saúde — extinção de todas as divisões de planejamento para aproveitamento de pessoal técnico; Coordenações Regionais de Saúde — extinção e transferência das funções relevantes para as delegacias regionais.

**Educação**: Conselho Nacional de Moral e Civismo — a extinção é justificada, segundo o documento, com uma só palavra: democracia; Conselho Nacional de Serviço Social — extinção por ter funções insubsistentes; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) — após extinto, transferência das funções para a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE); Fundação Centro Nacional e Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação (Cenafor) — nesta fundação trabalham 283 pessoas. A proposta é privatizá-la.

**Indústria e Comércio**: Comissão Executiva do Sal — extinção, com transferência das funções de financiamento e de fomento para um banco oficial.

**Trabalho**: Secretaria de Relações de Trabalho — Por redundância de funções a proposta é de que suas atividades passem a ser executadas pela Secretaria de Promoção Social.

**Planejamento**: Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea) — O órgão transformou-se, de acordo com o documento, numa falsa **holding** de institutos e funções insubsistentes, não se justificando como fundação de direito privado. A extinção do Instituto, que reúne 1.103 funcionários, é fortemente recomendada.

**Irrigação**: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) — Reúne 2.904 funcionários, mas sua extinção é recomendada com base em auditoria.

**Interior**: Conselho Superior do Fundo de Automação e Informática — não detalha, recomendando apenas a extinção.

**Fazenda**: Coordenação de empresas incorporadas ao patrimônio nacional. Nesse caso, o governo pode escolher entre extinguir o órgão ou promover uma redução especial das atividades.

**Banco Nacional de Crédito Cooperativo** (BNCC) — O relatório propõe que as funções dessa instituição financeira passem a ser executadas pelo Banco do Brasil (BB).

## Renegociação da dívida: mais prazo para os contratos.

O Banco Central, acolhendo ponderações dos banqueiros, aceitou prorrogar de três para seis semanas o prazo para a assinatura dos contratos de renegociação da dívida externa brasileira. A data de abertura das assinaturas continua a mesma — dia 25, sexta-feira. Apenas o fechamento, que anteriormente estava programado para 15 de agosto, foi prorrogado para 5 de setembro próximo. O presidente do BC, Fernão Bracher, confirmou que viajará quinta-feira à noite a Nova York, para no dia seguinte presidir ao início do período de assinatura dos contratos.

A Assessoria de Imprensa do Banco Central comunicou ontem que o diretor do BC para a Dívida Externa, Antônio de Pádua Seixas — que viajou domingo para os EUA — reuniu-se com o Comitê Assessor da dívida brasileira e, aceitando as alegações dos banqueiros, despachou imediatamente um telex para as matrizes das cerca de 700 instituições envolvidas, comunicando a prorrogação do prazo, sem prejuízo para a vigência do acordo acertado em março.

Os credores do Brasil alegaram que três semanas é um prazo muito reduzido para todos os representantes dos bancos assinarem os contratos. Disseram, segundo o BC, que muitos executivos de bancos estão em férias e que, por ocasião da renegociação da fase II, o prazo para as assinaturas foi de nove semanas e que apenas três era pouco.

## Qualidade também conta na nova política industrial

A melhoria da qualidade e da produtividade industriais serão as bases fundamentais da nova política industrial do País, incluída no Plano de Metas do governo a ser anunciado amanhã pelo presidente José Sarney. Segundo o ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, a implantação dessas medidas permitirá, "em curtíssimo prazo", o aumento da produção industrial brasileira em pelo menos 40%. Apesar do consenso de que o País possui um parque industrial instalado capaz de atender à demanda, o ministro não descarta a necessidade de importação de equipamentos para a modernização do parque e ressalta que "ninguém escapa de importar equipamento têxtil".

Castelo Branco informou que o detalhamento setorial da nova política industrial deverá estar concluído até setembro e será um trabalho feito conjuntamente com o Ministério do Planejamento e com a classe empresarial. O ministro disse acreditar que a política industrial assume um papel essencial para o êxito das medidas complementares ao plano de estabilização econômica. Acrescentou que, "como no momento atual o governo não dispõe de folga para elevar o seu nível de investimento, fica evidente que um crescimento econômico sustentado deverá necessariamente ser baseado no aumento do nível de investimento privado". Além disso, o ministro está confiante no aumento de investimento de capital estrangeiro.

Nas reuniões realizadas para detalhar a política industrial da Nova República, ficou evidente que muitas indústrias estão operando no limite de sua capacidade instalada. Na prática isso significa a necessidade de investimentos para ampliação, principalmente nos setores têxtil, de autopeças, de aços não-planos, bens de capital e máquinas e implementos agrícolas. Entre os instrumentos a serem acionados pelo governo para atender a esse objetivo, destaca-se a implementação de um programa seletivo de importações.

O ministro disse acreditar que outro importante elemento para o aumento da eficiência e da produtividade da indústria brasileira é a qualificação da mão-de-obra.

## Novas taxas podem frustrar os turistas

Se o governo realmente efetivar a cobrança de taxas extras de 30% a 40% sobre os produtos e serviços que estão com a demanda considerada exagerada — entre eles as passagens aéreas internacionais e os dólares para os turistas —, um contingente crescente de futuros viajantes terá suas expectativas frustradas.

A simples menção do fato traz a muita gente a lembrança do imposto compulsório cobrado de quem viajava para o Exterior nos anos 70, mas é inegável o aquecimento da demanda por passagens aéreas não só internacionais como domésticas. Segundo Luiz Francisco Lorvão Pereira, gerente de **marketing** da Casa Faro, uma tradicional agência de viagens, para ir à Europa, hoje, é necessário fazer a reserva com 45 dias de antecedência; esse prazo cai para 20 a 25 dias se o destino for os Estados Unidos. "Em 30 dias consigo fechar uma viagem para a Europa, mas para isso utilizo os contatos e o prestígio da companhia", ele afirma, destacando que depois do Plano Cruzado o seu movimento aumentou em mais de 100%.

A Vasp, empresa que há dois anos tem negada a permissão para operar com vôos internacionais (devido a um contrato de exclusividade conseguido pela Varig há 13 anos), mas que opera com os vôos charter (fretados) para Aruba, Curaçau, Orlando e Bariloche — também registra um aumento no número dos seus passageiros nos últimos tempos. De janeiro a maio de 1985 realizou 75 vôos, transportando 9.200 passageiros e, em igual período de 1986, este número subiu para 93 vôos com 12.779 passageiros.

"A demanda, no entanto, é tão grande hoje que, mesmo se o governo tomar medidas de desaquecimento nesse setor, isso não deverá afetar muito as empresas", acredita Luiz Francisco Louvão Pereira, para quem "a viagem ao Exterior é uma expectativa de tal ordem que as pessoas acabam indo, mesmo que tenham de levar menos dólares para gastar lá".

## Dividendo do BB será só Cz$ 5,56 por ação

O Banco do Brasil anunciou ontem um lucro líquido de Cz$ 1,5 bilhão no primeiro semestre de 1986 e, em conseqüência, vai pagar um dividendo de apenas Cz$ 5,56 por lote de mil ações ou de Cz$ 0,00566 por ação, a partir do próximo dia 26, quando também será divulgado o quadro do balanço completo. Não haverá o pagamento de bonificações, como normalmente tem ocorrido.

O lucro líquido do BB nos primeiros seis meses deste ano foi inferior em 44% ao do igual período de 1985, quando chegou a 2,897 trilhões de cruzeiros (para efeito de comparação simples, cortando-se três zeros do cruzeiro na conversão para o cruzado), ocasião em que o banco pagou um dividendo mínimo obrigatório por ação de 8,92 cruzeiros e uma bonificação em dinheiro de 4,22 cruzeiros. A notícia do tão reduzido lucro do Banco do Brasil não é uma boa notícia para os seus mais de 500 mil acionistas privados, maioria deles pequenos.

Ontem, como legalmente ocorre, as ações do Banco do Brasil estiveram ausentes do pregão das bolsas de valores, e há uma expectativa a respeito do desempenho das cotações quando os papéis voltarem a ser negociados hoje. O presidente do BB, Camilo Calazans, ao dar entrevista coletiva ontem, disse que o Banco não quis utilizar a prerrogativa dada pelo Banco Central para diferir, nos balancetes futuros, os prejuízos impostos pelo Plano Cruzado.

"Se o prejuízo foi dado agora, eu vou lançar agora; por que comprometeria os negócios futuros do banco" — afirmou Calazans.

## Limite para os consórcios não vai gerar demissões

**Não haverá demissões em conseqüência da proibição de criar empresas administradoras de consórcio, formar novos grupos e retirar veículos por lance, pelo prazo de 90 dias. Quem garante é o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, para quem o prazo de três meses é "uma trégua", durante a qual será feito um levantamento dos consórcios do País, para que sejam estipuladas normas fixas que disciplinem o seu funcionamento.**

## Os boatos, prejudicando o mercado financeiro.

Os mercados financeiros têm operado lentamente, às vésperas do pacote previsto para esta semana. "A expectativa é a pior possível. A boataria, segundo o qual o governo vai taxar tudo, prejudica os mercados. Ficam todos esperando" — afirma Eduardo da Rocha Azevedo, presidente da BM&F — Bolsa Mercantil e de Futuros.

— O mercado financeiro é extremamente sensível. A certeza, por pior que seja, é melhor do que a incerteza — observa Edy Luiz Kogut, superintendente do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo, e diretor de uma grande corretora com sede no Rio.

— A retração é normal às vésperas de um pacote. E, na dúvida, as pessoas vendem — assinala Aguinaldo Pires Couto, vice-presidente da corretora Baluarte.

Os mercados financeiros estão sem liquidez. A Bolsa de Valores de São Paulo negociou Cz$ 835 milhões, ontem, contra uma média próxima a Cz$ 1 bilhão nos dias precedentes, na estimativa de Pires Couto. Os preços não chegavam a refletir a fraqueza do mercado, mas as opções envolvendo ações preferenciais da Petrobrás (OPT-35), que chegaram a ser cotadas a Cz$ 180,00 por mil ações há alguns dias, eram ontem negociadas a Cz$ 17,00. As dúvidas acerca de Petrobrás eram grandes em face dos boatos de que haverá um imposto sobre a gasolina e o álcool, não se sabendo o quanto isso poderia afetar a empresa e de que forma seria cobrado.

— O clima é muito ruim. As coisas devem ser definidas o mais rapidamente possível — recomenda Kogut.

— O mercado está como o condenado à morte que espera a absolvição a qualquer momento. Isto vai até o dia que as medidas forem anunciadas. Nesse dia, as coisas irão definir-se. Mas quem pretende aplicar hoje? — indaga Rocha Azevedo, que continua prevendo dias favoráveis para o mercado acionário, beneficiado por balanços favoráveis das empresas, melhores do que o esperado. "Mas antes do pacote não dá para falar nada."

Com opinião semelhante, Pires Couto recorda que os efeitos de medidas restritivas do consumo serão diversos conforme as empresas. Algumas, de fato, admite, serão muito mais atingidas, o que impede uma avaliação mais precisa agora.

Não só o mercado acionário, porém, foi atingido. O mercado aberto está realizando quase tão-somente operações de financiamento das carteiras, sem a compra e venda efetiva dos títulos, públicos ou privados. Os mercados futuros também têm operado em níveis baixos, registrando a expectativa de alta dos juros — de 36% ao ano para agosto, segundo Rocha Azevedo.

— Mais taxação nos mercados de curtíssimo prazo e restrições adicionais ao consumo estimularão a alta nos juros — adverte o vice-presidente da Baluarte. Os **spreads** tenderão a subir com menores rendas líquidas.

Kogut identifica, no futuro, problemas maiores se a condução econômica reduzir sua atenção com o balanço de pagamentos. "Enquanto houver espaço cambial, as coisas se ajustam. O risco é um estrangulamento externo. Alguns setores já começam a reduzir exportações, para vender mais internamente."

## Uma certa apreensão entre os empresários

Os empresários estão evitando comentar as possíveis novas medidas de complementação do Plano Cruzado que deverão ser divulgados amanhã pelo presidente Sarney. Um importante empresário ligado à diretoria da Fiesp disse que "esse silêncio" reflete uma certa apreensão (e um certo cuidado), "pois não gostaríamos de fazer um julgamento apressado do que não temos em mãos". Além disso, é claro, esse empresário diz também que "igualmente não gostaríamos de ver sobre nós, neste instante difícil, novas formas de impostos, ainda que maquiladas com outros nomes". Apenas o empresário e vice-presidente da Fiesp, Mário Amato, não se furtou a um ligeiro comentário. Ele reconheceu que alguns "retoques" são necessários no Plano Cruzado, mas pediu cuidado ao governo na sua execução.

Amato reconheceu que a demanda "está um pouco aquecida" e que terá que ser "ligeiramente contida". Lembrou o ministro Clemente Mariano, dos tempos de Jânio Quadros na presidência, "que pediu à população que comprasse depois, que estaria mais barato, e isso acabou causando uma tremenda recessão. Depois — prosseguiu — para desfazer isso foi preciso "gastar um dinheirão". Com isso Amato envia um alerta ao governo: "É preciso ter muito cuidado, muita cautela, porque uma medida de contenção de consumo pode inverter a atual situação, o que seria muito desagradável. Essa é uma situação muito delicada para o governo, e a gente tem que pedir a Deus para que ele (governo) tenha bom senso, discernimento bastante e que seja bem-sucedido", disse Amato.

Quanto às formas distintas de empréstimos e poupanças compulsórias embutidas provavelmente no novo "pacote", Amato preferiu não comentar o assunto, afirmando que sobre "isso se fala muito, não sei, só posso dizer que, no fundo, esse tipo de coisa acaba sendo mais um tributo indireto. E terá que sair de algum lugar".

## Petrobrás vai distribuir gás só às subsidiárias

O Conselho Nacional do Petróleo (CNP) quer que a Petrobrás só possa distribuir gás natural diretamente às suas subsidiárias, mas concorda em que ela assuma o encargo nas regiões onde ainda não tenham sido constituídas companhias distribuidoras de gás.

Esta proposta já foi aceita pela Petrobrás e é uma tentativa de solucionar o impasse surgido na definição da política nacional do gás natural entre a Comissão Estadual de Energia, de São Paulo, e o Ministério das Minas e Energia. A informação é do presidente do CNP, general Roberto França Domingues.

O impasse surgiu porque durante a primeira reunião do grupo de trabalho formado para discutir esta política, foi definido que a Petrobrás ficaria apenas com a exploração e o transporte do gás, enquanto a distribuição ficaria em mãos das companhias regionais, estaduais ou municipais, existentes ou a serem criadas.

A minuta de portaria elaborada depois pelo MME, no entanto, aproveitaria basicamente as sugestões da Petrobrás, dando a esta o privilégio de distribuir aos consumidores localizados próximos aos seus dutos de transporte e também nas áreas onde não haja companhias de distribuição. A minuta também cria dificuldades à participação do capital estrangeiro nessa área.